



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Parecer Técnico Conclusivo nº 03/2016/CTPNRH/CNRH/MMA

Assunto: Resultados da revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020.

1. Histórico

1.1. Conforme o art. 35, inciso IX, da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos “acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas” (redação dada pela Lei 9.984 de 2000), bem como “promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários”.

1.2. A Resolução CNRH nº 58, de 2006, que “aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências”, estabelece em seu art. 3º que a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRHU/MMA), em articulação com a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH) e com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA), deverá proceder à revisão do PNRH a cada quatro anos, para orientar a elaboração dos Planos Plurianuais - PPAs federal, estaduais e distrital e seus respectivos orçamentos anuais.

1.3. A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH/CNRH) tem, ainda, como atribuição “acompanhar, analisar e emitir parecer sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, sua implementação e suas revisões”, conforme Resolução CNRH nº 94, de 5 de novembro de 2008, que altera as competências da CTPNRH, estabelecidas no inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 4, 10 de junho de 1999.

1.4. Durante a 87ª reunião da CTPNRH, ocorrida em Brasília/DF, nos dias 27 e 28 de maio de 2015, a SRHU/MMA e a ANA apresentaram a proposta de escopo da revisão do PNRH para 2016-2019, que foi conduzida em articulação com a CTPNRH/CNRH, considerando os quatro volumes do Plano, conforme informado a seguir:

- O Volume I do PNRH, denominado “Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil”, vem sendo atualizado, periodicamente, pelo relatório “Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil”, elaborado anualmente pela ANA. A CTPNRH encaminhou ao Plenário do CNRH proposta de Resolução que “Estabelece o conteúdo mínimo para o Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil”, em atendimento ao Art. 2º da Resolução CNRH nº 058/2006.
- Em relação ao Volume II do PNRH, denominado “Águas para o Futuro: Cenários para 2020”, a CTPNRH/CNRH decidiu que sua revisão deveria ser remetida para 2018/2019, com vistas a subsidiar a elaboração do próximo PNRH, a partir de 2021, quando finda a vigência do atual Plano.

- Quanto ao Volume III, de “Diretrizes”, a CTPNRH realizou uma avaliação de seu conteúdo, propondo a sua atualização para o próximo ciclo de implementação.
- O Volume IV, denominado “Programas Nacionais e Metas”, foi objeto de consulta pública para a definição das Prioridades e Metas para o próximo ciclo de implementação.

Consultas Públicas para Revisão do PNRH

1.9. As prioridades do PNRH para 2016-2020 foram definidas por meio de consulta pública online aos membros de colegiados de recursos hídricos e à sociedade em geral, que colheu a contribuição de mais de 1,5 mil pessoas, de todos os Estados da Federação e de mais de 400 municípios.

1.10. Para 2016-2020 foram definidas 15 prioridades, relacionadas aos programas do PNRH, sendo que as 14 primeiras aparecem em ordem hierárquica segundo o grau de importância e a 15ª aparece como novo tema, pois apareceu a partir da questão aberta da consulta pública, conforme Anexo I deste parecer.

Seminário de consolidação dos resultados da revisão

1.11. Estas prioridades deverão orientar a atuação das instituições que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. O seminário Prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020 teve como objetivo geral a consolidação do processo e revisão do PNRH e dentre seus objetivos específicos a definição das metas relacionadas às 15 prioridades do PNRH.

1.12. O seminário aconteceu nos dias 13 e 14 de setembro, Brasília - DF, e reuniu 120 representantes de diversos órgãos do governo federal, dos Estados e do Distrito Federal, dos setores usuários de recursos hídricos e da sociedade civil, com o objetivo de debater as metas do PNRH para o próximo ciclo de implementação.

1.13. Após o seminário, a SRHU/MMA, com o apoio da ANA e do consultor Leonardo Mitre, no âmbito da consultoria em andamento para a avaliação e proposição de indicadores de monitoramento do PNRH, realizou a análise técnica dos resultados do seminário e propôs um refinamento das metas propostas, apresentada durante a 94ª Reunião da CTPNRH/CNRH, para subsidiar seu parecer em relação aos resultados da revisão.

1.14. Após a análise pela CTPNRH das 15 Prioridades e respectivas ações e metas, a CTPNRH/PNRH propôs o refinamento ou inclusão de novas metas e também a inclusão de uma Prioridade “Integrar as zonas costeiras ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos”, com a proposição de ações e metas para o seu alcance. Esta Prioridade faz parte do Programa IX - Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiros e de Áreas Úmidas.

2. Análise:

2.1. O processo de revisão do PNRH seguiu o escopo proposto pela SRHU/MMA e ANA e aprovado por esta CTPNRH/CNRH, e teve como foco os Volumes I – Panorama dos Recursos Hídricos, Volumes III – Diretrizes e IV – Programas Nacionais e Metas.

2.2. Conforme estabelecido na Resolução CNRH nº 58, o Volume I – Panorama dos Recursos Hídricos, que vem sendo atualizado anualmente por meio dos relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil, produzidos pela ANA, teve seu conteúdo mínimo proposto pela CTPNRH, e será objeto de deliberação pelo plenário do CNRH.

2.3. As *Diretrizes* do PNRH (Volume III) foram objeto de análise e atualização pela CTPNRH/CNRH, com vistas a orientar o próximo ciclo de implementação.

2.4. Quanto aos Programas Nacionais e Metas (Volume IV), foi realizada consulta pública aos membros de colegiados de recursos hídricos do SINGREH e à sociedade em geral, com o objetivo de definir as prioridades para o próximo ciclo (2016-2020).

2.5. Adicionalmente, foi realizado Seminário Nacional, em setembro de 2016, que contou com a participação de mais de 100 instituições, para consolidação dos resultados da revisão e proposição preliminar de ações e metas para a implementação das prioridades do PNRH, as quais foram objeto de consolidação e refinamento pela CTPNRH/CNRH ao longo dos meses de outubro e novembro de 2016.

2.6. Além disso, está em andamento consultoria especializada para a elaboração de “Diagnóstico e avaliação dos resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos e de recomendações para a construção do novo PNRH, com horizonte temporal a partir de 2021”, incluindo a definição de indicadores para a avaliação da implementação do PNRH no ciclo decorrido até 2015, bem como do ciclo que se iniciou em 2016.

2.7. Caberá ainda a definição de estratégia para o monitoramento da implementação do PNRH, inclusive com a identificação de fontes e recursos necessários à execução das ações e metas sob coordenação da SRHU/MMA.

2.8. Considerando as diversas demandas de ações e metas em relação ao CT-Hidro, faz-se necessária, ainda, a solicitação de informações a respeito dos projetos e investimentos realizados nos últimos cinco anos, em andamento assim como os previstos.


2.9. Considerando o processo de revisão do PNRH, conduzido pela SRHU/MMA, em articulação com esta CTPNRH/CNRH e com o apoio técnico da ANA, propomos minuta de Resolução que “Aprova as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020”, conforme Anexo deste Parecer, como resultado da segunda revisão do PNRH, recomendando seu encaminhamento em regime de urgência para a apreciação pelo Plenário do CNRH.

3. Conclusão:

3.1 Diante do exposto, esta Câmara Técnica recomenda sua aprovação pelo Plenário do CNRH.

Este é o parecer.

Em, 21 de novembro de 2016.


JUSSARA CABRAL CRUZ
Presidente da CTPNRH